



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638712 - SP (2021/0001793-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCAS SOARES E SILVA - MS021528
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : E B D (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de E. B. D. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Instrumento n. 2270425-39.2020.8.26.0000).

O paciente cumpre medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional análogo ao delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta que o paciente reúne condições favoráveis para a obtenção da extinção da medida socioeducativa, com base no art. 46, inciso II, da Lei n. 12.594/2012.

Destaca que a conclusão geral do relatório da equipe técnica foi de que "o adolescente agravante reúne todas as condições para deixar a Fundação Casa por seu próprio esforço e mérito de compreender a investida estatal" (fl. 7).

Assevera a ausência de fundamentação idônea para justificar a manutenção da internação do menor, aduzindo que a motivação foi com base na gravidade abstrata do ato infracional cometido.

Requer, liminarmente, a colocação do paciente em liberdade até o julgamento final do presente *writ*, bem como a extinção da medida socioeducativa ou, subsidiariamente, a substituição da internação por liberdade assistida. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente